

Processo SEI nº 154.00004308/2025-55

Contrato nº 07/2025 - IME/USP

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DA INSTITUTO DE MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA E A EMPRESA FORTE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO E REFORMA CIVIL EM SALA, COM FORNECIMENTO TOTAL DE MATERIAIS, INCLUINDO A INSTALAÇÃO DE DIVISÓRIAS, ASSENTAMENTO DE PISO VINÍLICO, INSTALAÇÃO DE PORTAS, PINTURA, INSTALAÇÃO DE LUMINÁRIAS E LIMPEZA FINAL DA ÁREA REFORMADA.

Ao(s) **21** dia(s) do mês de julho do ano de **2025**, a **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**, por intermédio d(o) **INSTITUTO DE MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA - IME/USP**, inscrita no C.N.P.J. sob nº **63.025.530/0008-80**, localizado na **Rua do Matão, 1010 – Cidade Universitária – Butantã – São Paulo - SP**, neste ato representada por seu(ua) **Diretor Prof. Dr. Ronaldo Fumio Hashimoto**, por delegação de competência, nos termos da Portaria GR nº 8321/2024 e alterações posteriores, na Universidade de São Paulo, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **FORTE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ nº **31.779.480/0001-64**, sediada à Av. Cangaíba, 3734 – Cangaíba, CEP 03.712-006, São Paulo - SP, representada na forma de seu estatuto social, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, e em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, demais normas aplicáveis e normativas referidas no presente contrato, vigentes no âmbito da Universidade de São Paulo, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

SEÇÃO DE COMPRAS

Rua do Matão, 1010 | Cidade Universitária | São Paulo-SP | CEP 05508-090
Tel: (11) 3091.6281 - 3091.6196 - 30916240 | www.ime.usp.br

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a **contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de adequação e reforma civil, em sala, com fornecimento total de materiais incluindo a instalação de divisórias, assentamento de piso vinílico, instalação de portas, pintura, instalação de luminárias e limpeza final da área reformada**, conforme especificações técnicas e nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA
1	Serviço de adaptações, reparos, reformas, instalação em obras civis – conforme Termo de Referência	4545 (por similaridade)	Unidade

- 1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. Edital da Licitação - **PREGÃO nº 08/2025 – [IME/USP]**.
- 1.2.2. Termo de Referência.
- 1.2.3. Proposta Comercial datada de **30/06/2025**.
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias contados do(a) data de assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

SEÇÃO DE COMPRAS

Rua do Matão, 1010 | Cidade Universitária | São Paulo-SP | CEP 05508-090
Tel: (11) 3091.6281 - 3091.6196 - 30916240 | www.ime.usp.br

- 2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

- 5.1. O valor total da contratação, apurado de acordo com as quantidades e preços indicados na **CLÁUSULA PRIMEIRA** é de **R\$ 38.700,00**.
- 5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. Os pagamentos devidos ao **CONTRATADO** dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.
- 5.4. Caso o **CONTRATADO** seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o

reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

6. **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

- 6.1. O prazo para pagamento ao **CONTRATADO** e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, presente no Edital 08/2025, observadas as disposições da Portaria GR nº 8249/2023.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis contado da data do orçamento estimado, em **30/06/2025**.

8. **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

- 8.1. São obrigações do **CONTRATANTE**:

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, de acordo com o contrato e seus anexos.
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 8.1.3. Notificar o **CONTRATADO**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo **CONTRATADO**, designando o(s) responsável(is) pelo acompanhamento da execução contratual e, ainda, pelos contatos com o **CONTRATADO**.
- 8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao **CONTRATADO** do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.1.7. Aplicar ao **CONTRATADO** as sanções previstas na lei e neste Contrato.
- 8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.1.9. A Administração terá o prazo **de 03 (três) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo **CONTRATADO** no prazo máximo de **05 (cinco) dias**, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, se for o caso.
- 8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo **CONTRATADO** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do **CONTRATADO**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. O **CONTRATADO** deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
 - 9.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

- 9.1.2. A indicação ou a manutenção do preposto do **CONTRATADO** poderá ser recusada pelo **CONTRATANTE**, desde que devidamente justificada, devendo ser designado outro para o exercício da atividade.
- 9.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
- 9.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
- 9.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 9.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 9.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**.
- 9.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.1.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local

dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

- 9.1.10. Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.1.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.1.12. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina, quando aplicável.
- 9.1.13. Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere, quando aplicável.
- 9.1.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, quando aplicável.
- 9.1.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.
- 9.1.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116).
- 9.1.17. Comprovar a reserva de cargos a que se refere o item acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único).
- 9.1.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

SEÇÃO DE COMPRAS

- 9.1.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.1.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.
- 9.1.21. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE**, de agente público que desempenhe(ou) função na contratação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

- 11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 12.1. Observadas as disposições da Resolução USP nº 8548/2023, que integra este Contrato, e cuja íntegra encontra-se disponível no seguinte endereço: <http://www.leginf.usp.br>, comete infração administrativa o **CONTRATADO** que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, em especial:

- 1) Dar causa à inexecução parcial do contrato.
- 2) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- 3) Dar causa à inexecução total do contrato.
- 4) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.
- 5) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato.
- 6) Praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- 7) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- 8) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. O **CONTRATADO** que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores, ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal e da extinção do instrumento contratual, resguardado o direito à ampla defesa, às seguintes sanções:

1. **Advertência**, quando der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021).
2. **Multas**, aplicadas e calculadas nos termos da Resolução USP nº 8548/2023.
3. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).
4. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

A aplicação das multas será de acordo com o estabelecido na Resolução USP nº 8548/2023:

- 1) A multa cominatória, que tem por finalidade compelir o **CONTRATADO** ao cumprimento de obrigação acessória descumprida, é aplicável quando a infração contratual prejudicar a execução da obrigação principal.
 - a.1) A multa cominatória corresponderá a 2% (dois por cento) acrescida na seguinte proporção, conforme perdure o descumprimento:
 1. até o 30º (trigésimo) dia – 0,1% (um décimo por cento) ao dia.
 2. a partir do 31 (trigésimo primeiro) dia – 0,2% (dois décimos por cento) ao dia.
 - a.2) A multa cominatória será calculada com base no valor contratado dos bens fornecidos ou serviços prestados/realizados no período de medição em que se verificou a infração, e não poderá exceder a 30% desse valor.
- 2) A multa moratória é aplicável quando o **CONTRATADO**, sem motivo justificado previamente, der causa ao descumprimento do prazo de entrega ou execução.
 - b.1) A multa moratória, calculada sobre o valor da obrigação cumprida em atraso, será de 2,0% (dois por cento) acrescida na seguinte proporção, conforme perdure a mora:
 1. Até o 30º (trigésimo) dia – 0,2% (dois décimos por cento) ao dia.
 2. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia – 0,4% (quatro décimos por cento) ao dia.
 - b.2) A multa moratória não excederá a 30% (trinta por cento) da obrigação cumprida em atraso e a sua aplicação não impedirá que a Administração a converta em multa por inexecução e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Resolução USP nº 8548/2023.
- 3) A multa por inexecução total ou parcial do contrato, no importe de 30% (trinta por cento) do valor da obrigação não cumprida, será

SEÇÃO DE COMPRAS

aplicada quando for imputável ao **CONTRATADO** a responsabilidade pela inexecução do contrato nas condições pactuadas e não houver interesse no recebimento da obrigação em mora.

- 12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis (art. 26, alínea “b” – Resolução USP nº 8548/2023), a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao **CONTRATADO**, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- 1) A natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 2) As peculiaridades do caso concreto.
 - 3) As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
 - 4) Os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**.

SEÇÃO DE COMPRAS

- 5) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 12.8. A personalidade jurídica do **CONTRATADO** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o **CONTRATADO**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 12.10. As multas devidas pelo **CONTRATADO** poderão ser compensadas com pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ainda quando resultantes da execução de outro contrato, e/ou descontadas da garantia do respectivo contrato ou, quando for o caso, a Administração efetuará a cobrança judicialmente (art. 11 – Resolução USP nº 8548/2023).

As multas e demais débitos não pagos pelo **CONTRATADO** são passíveis de registro no **CADIN** Estadual, mediante prévio procedimento administrativo, observado o contraditório e a ampla defesa, em consonância com o disposto na Portaria GR nº 6723/2016.

- 12.11. O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade nos seguintes sistemas:

Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS
(<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>).

Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP
(<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>).

Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções - (<http://www.esancoes.sp.gov.br>).

Sistema Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo -
(<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

- 13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
 - 13.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
 - 13.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do **CONTRATADO** pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
 - 13.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
- 13.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
 - 13.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
 - 13.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

SEÇÃO DE COMPRAS

13.2.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.3.1. Relatório dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.

13.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos.

13.3.3. Indenizações e multas.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado de São Paulo deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

1. Gestão/Unidade: 102136 - IME
2. Fonte de Recursos: Tesouro e/ou Recursos Próprios
3. Programa de Trabalho: 364 – Ensino Superior
4. Elemento de Despesa: 3.3.90.39.79 e 4.4.90.39.99
5. Nota de Empenho: 03724483/2025

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

SEÇÃO DE COMPRAS

- 16.2. O **CONTRATADO** é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação do órgão jurídico do **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

- 17.1. Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial do órgão na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

- 18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo em uma das varas da Fazenda Pública, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem resolvidas na esfera administrativa, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato.

São Paulo, 21 de julho de 2025.

Prof. Dr. Ronaldo Fumio Hashimoto

Representante legal do **CONTRATANTE**

SEÇÃO DE COMPRAS

Rua do Matão, 1010 | Cidade Universitária | São Paulo-SP | CEP 05508-090
Tel: (11) 3091.6281 - 3091.6196 - 30916240 | www.ime.usp.br

Paulo Henrique de Paiva de Sousa
Representante legal do **CONTRATADO**

ANEXO I – ORIENTAÇÕES SOBRE A RETENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA

Em razão da publicação da IN RFB nº 2.145/2023, que alterou a IN RFB nº 1.234/2012, a Universidade de São Paulo, na condição de Autarquia Especial do Governo do Estado de São Paulo, deverá realizar a retenção na fonte do valor correspondente ao Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza incidente sobre rendimentos pagos às pessoas jurídicas contratadas para fornecimento de bens e prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil, observadas as disposições da Lei nº 9.430/1996, do Decreto nº 9.580/2018 (Regulamento do Imposto de Renda) e da Portaria Conjunta CGE/CAF nº 01/2023.

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1234, DE 11 DE JANEIRO DE 2012

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2145, DE 26 DE JUNHO DE 2023

Por decorrência, será de exclusiva responsabilidade da pessoa jurídica fornecedora do bem ou prestadora do serviço destacar no documento fiscal a alíquota a ser descontada, observadas as regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012 e a coluna “IR (02)” do Anexo I da mesma Instrução ou, quando amparados por isenção, não incidência ou alíquota zero, destacar o enquadramento legal do benefício no respectivo documento fiscal, sob pena de a retenção do Imposto sobre a Renda (IR) ser efetuada sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou do serviço.

SEÇÃO DE COMPRAS

Rua do Matão, 1010 | Cidade Universitária | São Paulo-SP | CEP 05508-090
Tel: (11) 3091.6281 - 3091.6196 - 30916240 | www.ime.usp.br

ANEXO II – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

(Termo de Referência – Item 5)

5. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: **05 (cinco) dias da emissão da ordem de serviço.**

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1 Instalação das Divisórias:

Será executada a instalação de 20,47 m² de divisórias tipo drywall, compostas por estrutura metálica com perfis de aço zincado (espessura 70 mm) e fechamento em chapas de gesso acartonado. O acabamento será com fita e massa para juntas, devidamente lixadas para posterior pintura. Dimensões aproximadas dos painéis: 1,20 m x 1,80 m.

As paredes em drywall deverão ser construídas utilizando o sistema construtivo a seco, composto por placas de gesso acartonado fixadas em uma estrutura metálica formada por:

- Montantes metálicos em aço galvanizado de 90 mm
- Guias para drywall de aço galvanizado (90 x 35 mm x 3 m) espessura do aço galvanizado: 0,50 mm
- (Referências: Lafarge, Gypsum, Knauf ou padrão equivalente/similar).

5.1.2.2 Tratamento das juntas:

- Na primeira camada de massa de rejunte aplicada sobre as juntas, marque o eixo da junta com uma espátula.
- Posicione a fita telada sobre o eixo da junta, garantindo que a saliência da dobra da fita esteja sobre a massa fresca.
- Pressione firmemente a fita para eliminar o excesso de massa e evitar bolhas de ar, vazios ou enrugamentos.
- Aplique uma leve camada de massa sobre a fita enquanto ainda estiver úmida, garantindo a aderência e evitando que a fita se desprenda.

5.1.2.3 Secagem e acabamento:

- Após a secagem inicial, cujo tempo varia conforme o tipo de massa utilizado, realize o acabamento com uma ou mais aplicações de massa, conforme necessário.
- Lixe a área tratada utilizando uma lixa envolta em taco para eliminar rebarbas, ondulações e garantir uma superfície uniforme.

SEÇÃO DE COMPRAS

- As cabeças de parafusos também devem ser cobertas com massa e lixadas após a secagem.

5.1.2.4 Tratamento dos ângulos:

- O tratamento de ângulos deve seguir o mesmo procedimento das juntas, utilizando perfis ou fitas adequados para cada caso.
- Para ângulos externos de 90 graus, recomenda-se a utilização de cantoneiras metálicas perfuradas para proteção e acabamento.
- Seguir esses procedimentos garante a durabilidade, a qualidade estética e a segurança da instalação das paredes em drywall.

5.1.2.5 Emassamento:

- O processo de emassamento consiste na aplicação e no lixamento de massa látex PVA nas paredes e porta. Após a eliminação de saliências, realiza-se o emassamento utilizando massa corrida à base de PVA em toda a superfície, com passadas amplas e uniformes.
- A massa deve cobrir completamente quaisquer ondulações ou reentrâncias e igualar a superfície entre chapas e as áreas previamente tratadas com massa, uniformizando.
- Esse procedimento deve ser realizado em 100% da superfície.

5.1.2.6 Etapas do Processo:

- Após a aplicação da massa e sua secagem, a superfície deve ser lixada integralmente.
- Corrija eventuais defeitos identificados e reaplique a massa, se necessário.
- A cada nova aplicação de massa, é obrigatório realizar o lixamento após a secagem.

Observações:

- Utilize lixas específicas para massa, de granulação no 100 a e/ou 180.
- Após o lixamento, remova todo o pó acumulado para garantir a aderência das camadas subsequentes e a qualidade do acabamento.
(Referências: Sherwin Willians, Coral Suvinil, ou em padrão equivalente)

5.1.2.7 Pintura:

- Aplicação de massa corrida PVA sobre 50,38 m² de paredes e tetos, com posterior pintura com tinta látex acrílico, totalizando 136,40 m² de área pintada. Serão aplicadas demãos suficientes para cobertura total e acabamento fosco.
- Todas as superfícies a serem pintadas deverão ser previamente lixadas e limpas, garantindo que estejam secas e livres de quaisquer impurezas antes do início da pintura.

SEÇÃO DE COMPRAS

- As tintas serão fornecidas pela contratada, atendendo às especificações técnicas de cada elemento e nas cores definidas pela administração.
- A contratada será responsável por fornecer todos os materiais e equipamentos necessários, incluindo pincéis, rolos, fitas de proteção, equipamentos de acesso para beirais e áreas altas, além de produtos e equipamentos para limpeza
- Superfícies a serem pintadas:
 - Paredes (cor Cinza Claro acetinado)
 - Teto (cor Branco fosco)
 - Porta (cor Azul Del Rey)
 - A tinta utilizada será látex acrílico acetinado, aplicada em três ou mais demãos, ou até alcançar perfeito recobrimento e uniformidade.

5.1.2.8 Requisitos de acabamento:

- Toda a pintura deverá apresentar acabamento uniforme, sem manchas ou diferenças de tonalidade, sendo este aspecto avaliado pela fiscalização.
- Respingos de tinta sobre superfícies não destinadas à pintura deverão ser imediatamente removidos pela contratada, sendo este um critério essencial para a aceitação do serviço.
- O cumprimento dos requisitos de limpeza e acabamento será determinante para a aprovação final do trabalho executado.
(Fornecedores: Sherwin Willians, Coral Suvinil, ou em padrão equivalente)

5.1.2.9 Porta:

- Demolição de 1,20 m³ de alvenaria para abertura de vão para instalação de porta de madeira sólida (Tauari), com visor de vidro e ferragens completas, com pintura final e acabamento de qualidade.
- A instalação da porta deverá seguir os seguintes requisitos:
 - **Modelo da porta:** Porta de madeira sólida, modelo “porta pronta”, com acabamento em Tauari.
 - **Batente:** Fabricado em madeira maciça de Tauari, com caixa de 14 cm de largura e espessura de 5,0 cm.
 - **Fixação:** Utilizar espuma expansiva para a fixação do batente, garantindo estabilidade.
 - **Guarnição:** Instalada na parte interna, acompanhando o acabamento.

SEÇÃO DE COMPRAS

- **Itens incluídos:** O fornecimento e instalação deverão contemplar todos os componentes, incluindo dobradiças, batente e fechadura.
- A porta deverá ser instalada faceando a parede pelo lado interno da sala, garantindo alinhamento e acabamento adequado.
- Instalação de visor no formato e medidas conforme os já existentes nas portas do local, com vidro incolor, liso de 4mm.
(Fornecedores: Provimad, madel e Madeirenzze, ou em padrão equivalente)

5.1.2.10 Iluminação:

- Fornecimento e instalação de 4 luminárias tipo trilho eletrificado com 2 metros de comprimento, contendo 6 spots de LED 7W cada. O sistema será instalado conforme normas técnicas e com ligação ao circuito existente.
- A iluminação interna será realizada por meio da instalação de luminárias de trilho eletrificado de 2 metros, equipadas com 6 spots de LED por trilho, com as seguintes características:
 - **Potência:** 7W por spot.
 - **Temperatura de cor recomendada:** 3000K (luz quente).
 - **Certificação:** Todos os componentes deverão ser certificados pelo INMETRO.
 - **Garantia:** Mínimo de 1 ano ou 60.000 horas de uso.

5.1.2.11 Interruptores e Tomadas:

- Serão instalados 4 interruptores Dimerizavel, responsáveis pelo acionamento dos circuitos de iluminação.
- Os interruptores e tomadas serão do tipo embutir, fixados sobre caixas 4x4.
(Fornecedores: Nordecor luminárias, Looz fabrica de iluminação, Elumens Iluminação ou em padrão equivalente)
- Toda a instalação elétrica deverá obedecer às normas vigentes, especialmente à NBR 5410, garantindo segurança e conformidade técnica.

5.1.2.12 Instalação de Piso Vinílico:

- Execução de regularização do contrapiso com argamassa (0,67 m³) e posterior instalação de piso vinílico em régua alongada, acabamento amadeirado, com espessura mínima de 2 mm, em área de 20 m².
- Proteção das áreas adjacentes para evitar danos e sujeira.

SEÇÃO DE COMPRAS

- Remoção do piso vinílico existente, incluindo adesivos e resíduos.
- Remoção do rodapé existente e preparação das superfícies.
- Remoção da soleira antiga, caso necessário.
- Limpeza e regularização da base para receber o novo revestimento.
- Aplicação de primer sobre o contrapiso, se necessário, para melhor aderência.
- Correção de eventuais irregularidades do contrapiso com argamassa auto niveladora.
- Instalação do novo piso vinílico conforme as orientações do fabricante.
- Verificação do alinhamento e acabamento das emendas entre as peças.
- Aplicação de cola específica para piso vinílico, garantindo fixação adequada.
- Paginação do piso conforme orientação da fiscalização.

5.1.2.13 **Instalação do rodapé:**

- Rodapés em poliestireno com 7 cm de altura (18 metros lineares).
- Corte e ajuste do rodapé conforme as dimensões do ambiente.
- Fixação do rodapé com cola de contato ou pregos sem cabeça, conforme especificação do fabricante.
- Acabamento das emendas e cantos com massa acrílica ou selante apropriado.

(Fornecedores: Eucaflor, Duraflor, Quick step ou em padrão equivalente)

5.1.2.14 **Instalação de Soleira de granito:**

- Instalação de 1 soleira de granito andorinha (14x90 cm).
- Corte e ajuste da soleira de granito conforme as dimensões da passagem.
- Aplicação de argamassa colante para fixação da soleira.
- Nivelamento e ajuste adequado para alinhamento com o piso adjacente.
- Acabamento das juntas com rejunte compatível com o material.
- Limpeza final para remoção de resíduos de argamassa e rejunte.

5.1.2.15 Será realizada a proteção de superfícies com 25 m² de lona plástica de 150 microns.

5.1.2.16 Remoção de 3 m³ de entulho em caçamba metálica e limpeza geral da área (20,47 m²), com remoção de resíduos e preparação do ambiente para uso.

5.1.1. O prazo para execução total dos serviços será de até 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da emissão da Ordem de Início dos serviços.

SEÇÃO DE COMPRAS

ANEXO III – TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

(redação dada pela Resolução nº 11/2021)

CONTRATANTE: Instituto de Matemática e Estatística da USP

CONTRATADO: Forte Construções e Serviços Ltda

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): 07/2025

OBJETO: SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO E REFORMA CIVIL EM SALA, COM FORNECIMENTO TOTAL DE MATERIAIS

Pelo presente **TERMO**, nós, abaixo identificados:

1. Estamos **CIENTES** de que:

- 1) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico.
- 2) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP.
- 3) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil.
- 4) as informações pessoais dos responsáveis pela **CONTRATANTE** e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2024, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s).
- 5) é de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por **NOTIFICADOS** para:

SEÇÃO DE COMPRAS

Rua do Matão, 1010 | Cidade Universitária | São Paulo-SP | CEP 05508-090
Tel: (11) 3091.6281 - 3091.6196 - 30916240 | www.ime.usp.br

- 1) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação.
- 2) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

São Paulo, 21 de julho de 2025.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: Carlos Gilberto Carlotti Junior

Cargo: Reitor

CPF: 075.130.298-81

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: Ronaldo Fumio Hashimoto

Cargo: Diretor

CPF: 083.143.638-71

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pela **CONTRATANTE**:

Nome: Ronaldo Fumio Hashimoto

Cargo: Diretor

CPF: 083.143.638-71

Assinatura: _____

Pela **CONTRATADA**:

Nome: Paulo Henrique de Paiva de Sousa

Cargo: Sócio Administrador

CPF: 394.520.058-07

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: Ronaldo Fumio Hashimoto

Cargo: Diretor

CPF: 083.143.638-71

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: Ricardo Rogério da Silva

Cargo: Encarregado de Setor de Manutenção

CPF: 897.640.724-53

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS:Tipo de ato sob sua responsabilidade: **Fiscal Técnico**

Nome: Elineide Portela de Oliveira

Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais

CPF: 143.562.338-08

Assinatura: _____

Assinatura: Ronaldo Fumio Hashimoto
Ronaldo Fumio Hashimoto (21 de julho de 2025 12:16 ADT)

Email: ronaldo@usp.br

Assinatura: Ricardo Rogério da Silva
Ricardo Rogério da Silva (21 de julho de 2025 14:43 ADT)

Email: rrsilva@ime.usp.br

Assinatura: Elineide Portela de Oliveira
Elineide Portela de Oliveira (21 de julho de 2025 13:22 ADT)

Email: neideportela@ime.usp.br

Assinatura: Paulo Henrique de Paiva de Sousa
Paulo Henrique de Paiva de Sousa (21 de julho de 2025 15:29 ADT)

Email: forteconstrucoesesservicos@gmail.com

SEÇÃO DE COMPRASRua do Matão, 1010 | Cidade Universitária | São Paulo-SP | CEP 05508-090
Tel: (11) 3091.6281 - 3091.6196 - 30916240 | www.ime.usp.br

Contrato 07-2025 - Sala de Descompressão

Relatório de auditoria final

2025-07-21

Criado em:	2025-07-21 (Horário Padrão do Uruguai)
Por:	Sistema USPAssina (uspassina@usp.br)
Status:	Assinado
ID da transação:	CBJCHBCAABAA9ln8aQGIlw4w4ARScw-irt2OOzbRdUEsE

Histórico de "Contrato 07-2025 - Sala de Descompressão"

-  Documento criado por Sistema USPAssina (uspassina@usp.br)
2025-07-21 - 11:40:58 ADT
-  Documento enviado por email para ronaldo@usp.br para assinatura
2025-07-21 - 11:41:04 ADT
-  Documento enviado por email para rrsilva@ime.usp.br para assinatura
2025-07-21 - 11:41:04 ADT
-  Documento enviado por email para neideportela@ime.usp.br para assinatura
2025-07-21 - 11:41:04 ADT
-  Documento enviado por email para forteconstrucoeseservicos@gmail.com para assinatura
2025-07-21 - 11:41:05 ADT
-  O signatário ronaldo@usp.br inseriu o nome Ronaldo Fumio Hashimoto ao assinar
2025-07-21 - 12:16:49 ADT
-  Documento assinado eletronicamente por Ronaldo Fumio Hashimoto (ronaldo@usp.br)
O link de assinatura foi criado por Sistema USPAssina (uspassina@usp.br)
Data da assinatura: 2025-07-21 - 12:16:51 ADT - Fonte da hora: servidor
-  Email visualizado por neideportela@ime.usp.br
2025-07-21 - 13:18:03 ADT
-  O signatário neideportela@ime.usp.br inseriu o nome Elineide Portela de Oliveira ao assinar
2025-07-21 - 13:21:59 ADT
-  Documento assinado eletronicamente por Elineide Portela de Oliveira (neideportela@ime.usp.br)
Data da assinatura: 2025-07-21 - 13:22:01 ADT - Fonte da hora: servidor



 Email visualizado por rrsilva@ime.usp.br

2025-07-21 - 14:42:53 ADT

 O signatário rrsilva@ime.usp.br inseriu o nome Ricardo Rogério da Silva ao assinar

2025-07-21 - 14:43:50 ADT

 Documento assinado eletronicamente por Ricardo Rogério da Silva (rrsilva@ime.usp.br)

Data da assinatura: 2025-07-21 - 14:43:52 ADT - Fonte da hora: servidor

 Email visualizado por forteconstrucoeseservicos@gmail.com

2025-07-21 - 15:08:44 ADT

 O signatário forteconstrucoeseservicos@gmail.com inseriu o nome Paulo Henrique de Paiva de Sousa ao assinar

2025-07-21 - 15:29:22 ADT

 Documento assinado eletronicamente por Paulo Henrique de Paiva de Sousa (forteconstrucoeseservicos@gmail.com)

Data da assinatura: 2025-07-21 - 15:29:24 ADT - Fonte da hora: servidor

 Contrato finalizado.

2025-07-21 - 15:29:24 ADT